

ENTREVISTA: LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES

'Diretor-geral da AIEA queria um brasileiro como conselheiro em energia nuclear'

Anna Beatriz Thieme

Com 50 anos, o engenheiro naval especializado em energia nuclear Leonam dos Santos Guimarães foi convidado pelo diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Yukiya Amano, para integrar um grupo de especialistas a fim de assessorá-lo no desenvolvimento sustentável da energia nuclear no mundo. Há cinco anos na assistência da presidência da Eletronuclear, estatal que controla as usinas nucleares do Brasil, Guimarães acredita que o convite para integrar o conselho é um reconhecimento da própria agência quanto à importância do País no contexto global desta fonte de geração. Leonam conversou com o "Atividades Nucleares" e contou um pouco da missão do conselho e da última reunião do grupo realizada em Viena, além de suas previsões para o cenário nuclear do País nos próximos anos.

Atividades Nucleares: Poderia explicar como funciona o Conselho da AIEA que você integra?

Leonam Guimarães: A Agência Internacional de Energia Atômica tem um diretor-geral e quatro vice-diretores, nas áreas de Energia Nuclear, Segurança Nuclear, Aplicações Nucleares e de Salvaguarda. Associado a cada vice-diretoria existe um conselho, composto por 20 especialistas. Eu faço parte do conselho ligado à vice-diretoria de Energia Nuclear. Nesta equipe conselheira, particularmente, nunca antes havia entrado um brasileiro, eu sou o primeiro. No entanto, existem outros brasileiros em outras vice-diretórias, como é o caso do Laércio Vinhas, diretor de Radioproteção e Segurança da CNEN, que assumiu como membro do conselho de Segurança Nuclear. Tem também o Antônio Carlos Barroso, do Ipen, que é ligado ao de Aplicações Nucleares. Apenas no de Salvaguarda que não há especialistas do Brasil.

AN: No início de abril, você participou da primeira reunião com o grupo em Viena. Como foi?

LG: O conselho funciona como um conselho de administração de uma empresa. O resultado do programa de trabalho é apresentado ao grupo, assim como o plano para a continuidade desse trabalho no horizonte de cinco anos. Ambos são submetidos à aprovação da equipe



conselheira. O grande foco discutido foi como a AIEA pode apoiar os países que demonstram interesse em implantar um programa de geração elétrica nuclear e pedem o apoio da agência para tal. São os chamados "newcomers", como é o caso do Chile, aqui na América do Sul, além da Malásia, Vietnã, Egito, Marrocos, Turquia, entre outros. O Chile, inclusive, já consultou a agência formalmente, pedindo apoio, enquanto a Malásia tomou há poucos dias a decisão formal de iniciar seu programa nuclear.

AN: Acha que sua indicação para o grupo de Energia Nuclear demonstra o papel de importância que o País atingiu no setor lá fora?

LG: Certamente. Quando o secretário-científico desse conselho me ligou contando sobre a indicação, ele disse que o diretor-geral da agência [Yukiya Amano] estava me convidando porque queria um brasileiro dentro do grupo para assessorá-lo.

AN: A energia nuclear vem se perpetuando como a segunda maior fonte de geração do Brasil. O senhor acredita que este cenário será mantido nos próximos anos?

LG: Eu acredito que sim, mas isso considerando a entrada de Angra 3 em operação, já que até lá a gente não sabe a expansão que a energia nuclear vai ter no País. Temos assistido a uma grande expansão das termelétricas a combustível fóssil no Brasil nos últimos anos. Vimos também a enorme dificuldade em introduzir novas hidrelétricas, como é caso da batalha ainda não vencida de Belo Monte. No entanto, eu diria que o nuclear perder o segundo lugar na matriz pode ser considerado muito ruim para o Brasil, o que demonstraria que o térmico está crescendo rápido demais.

PROGRAMA NUCLEAR DO IRÃ

Irã, Brasil e Turquia chegam a acordo sobre urânio



O governo do Irã aceitou enviar o urânio levemente enriquecido para a Turquia e receber o produto enriquecido a 20%. O acordo foi celebrado na última segunda-feira (17) pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Mahmoud Ahmadinejad, do Irã, além do primeiro-ministro da Turquia, Tayyip Erdogan.

Para o governo brasileiro, a negociação foi uma "vitória da diplomacia" e pode por fim ao impasse em torno do programa nuclear iraniano. "Foi uma resposta de que é possível, com diálogo, construirmos a paz", disse Lula.

Porém, a palavra de Ahmadinejad ainda é alvo de ceticismo por parte da comunidade internacional, que acusa o país islâmico de esconder a produção de armas atômicas. Os EUA sinalizaram que vão manter a pressão por sanções ao Irã por desconfiar que ele não cumpra as regras. Para outros integrantes da comunidade internacional, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia, o governo Ahmadinejad deve autorizar as vistorias permanentes por parte da Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea).

O Ministério de Relações Exteriores do Irã classificou de "imaturas" as reações de desconfiança e afirmou que a reação precipitada de alguns países foi provocada pela surpresa, já que parte da comunidade internacional não esperava que o acordo ocorresse de forma tão breve.

Para aprovar os termos do acordo, no entanto, ainda é necessário que as Nações Unidas e a agência de energia concordem com as definições.

FLASHES

Segundo lugar

A energia nuclear foi a 2ª maior fonte de geração, com 3,09% de participação no Sistema Interligado Nacional, no período de abril de 2009 a março de 2010. A tecnologia ficou atrás apenas das hidrelétricas (93,51% do total do SIN).

Rumo à autossuficiência

O Brasil deu mais um passo rumo à autossuficiência na produção do combustível nuclear e iniciou, em maio, os testes de produção de tubos de zircônio, destinados a proteger o urânio a ser armazenado dentro dos reatores das usinas. Os testes são feitos pela Copel/UFRJ, pelo Instituto Militar de Engenharia e pela INB.

